



# ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA

(Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel)

## **CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO** **CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO** **(ESPECIALISTA DE INFORMÁTICA, grau 1, nível 2)**

### **Bibliografia para a Prova de Conhecimentos**

#### **TEMAS:**

- Regime jurídico das autarquias locais e do associativismo autárquico;
- Tecnologias da Informação e Comunicação na Administração Pública;
- Contratação pública e plataformas eletrónicas;
- Modernização administrativa;
- Regimes de Proteção de Dados Pessoais e do Cibercrime;
- Gestão de fundos comunitários.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico;
- Estatutos da VALSOUSA (publicados sob Anúncio n.º 4922/2009, Diário da República, 2.ª série, n.º 122, de 26 de Junho de 2009);
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
- Estratégia para a Reorganização dos Serviços de Atendimento da Administração Pública, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-A/2014, de 15 de setembro;
- Plano Global Estratégico de Racionalização e Redução de Custos nas TIC na Administração Pública, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2012, de 7 de fevereiro;
- Agenda Portugal Digital, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2012, de 31 de dezembro, e republicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2015, de 16 de abril;
- Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, que estabelece medidas de modernização administrativa;
- Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro;
- Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, que regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública;
- Regime jurídico da Proteção de Dados Pessoais, aprovada pela Lei n.º 67/98, de 26 de outubro;
- Regime jurídico do Cibercrime, aprovada pela Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro;
- Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, estabelece o Modelo de Governação do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais 2014-2020;
- Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, que estabelece as regras gerais de aplicação dos Programas Operacionais e dos Programas de Desenvolvimento Rural financiados pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, para o período de programação 2014-2020.